

Editorial

Você deseja excluir a sua liberdade? [Clique aqui.](#)

A Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea tem a satisfação em apresentar o dossiê “O governo dos algoritmos: a morte da política?”, publicado neste número.

É inegável que a internet, os dispositivos móveis e as plataformas digitais provocaram uma verdadeira revolução no modo como produzimos, fazemos circular e recebemos informações. As mudanças são de tal ordem que é comum se falar em revolução, em uma nova realidade e em um modo de vida inédito no seio de uma nascente sociedade da informação. Essas transformações trazem, contudo, novos problemas e desafios, sendo preciso avaliar criticamente o mundo que se avizinha, que está longe de ser simplesmente uma utopia enfim realizada. Nesse contexto, convém refletir também sobre o futuro da política em diversas de suas dimensões, tocando em temas como a deformação da esfera pública, a crise institucional, os retrocessos sociais e o desmoronamento das democracias liberais.

O que podemos entender por um “governo dos algoritmos”? Em seu sentido mais próprio, de acordo com Michel Foucault, governar envolve dirigir a si mesmo ou a outrem de uma ma-

neira mais ou menos racional e sistemática, visando fins específicos. Trata-se de uma atividade que afeta, guia e formata nossa ação. O foco do governo reside assim em “conduzir condutas” e “ordenar a probabilidade”, ou seja, no direcionamento dos comportamentos por meio de incitação, indução, sedução ou constrangimento e proibição, de modo a tornar mais ou menos provável um determinado curso de ação. Nesse sentido, podemos dizer que uma nova estratégia de governo é colocada em funcionamento por meio de complexos algoritmos, que cada vez mais direcionam nossas condutas e influenciam decisivamente nossas práticas de consumo, nossas escolhas políticas e a formação de nossas opiniões. Esse novo governo baseia-se fundamentalmente na vigilância e extração automatizada de dados (*dataveillance*) que são processados, filtrados e correlacionados (*datamining*) de modo a permitir a elaboração algorítmica de perfis (*profiling*), capazes de antecipar comportamentos e agir sobre as ações futuras.

Em certa medida, somos cada vez mais governados por algoritmos e não por leis. O direito e os instrumentos tradicionais de poder soberano mostram-

se incapazes de regular a vida interconectada e fazer valer suas regras. Esse fenômeno traz importantes questões para a vivência democrática nas sociedades contemporâneas, para a segurança e para a proteção da privacidade e das liberdades individuais. A novo capitalismo da informação assenta-se em um modelo de negócio que pressupõe a conectividade, a transparência, a extração e a utilização maciças do fluxo de informações e dos rastros digitais dos indivíduos, que em troca de certos serviços são cada vez mais capturados por um complexo sistema baseado na vigilância, na gestão de nossos comportamentos futuros e no governo de nossas ações.

É preciso aprofundar nossa compreensão desse novo governo dos algoritmos, que se afasta em vários aspectos do governo em seu sentido tradicional, que procurava influenciar as escolhas individuais pressupondo sujeitos livres, capazes de deliberação. Com o governo dos algoritmos vemos emergir um novo regime de ação sobre o futuro. Baseando-se em perfis, ambientes são configurados e respostas reflexas são produzidas. Os indivíduos são governados na medida em que é formatado o campo de suas ações possíveis. Não é mais preciso dizer “não” ou ameaçar, basta enviar sinais capazes de provocar ou estimular determinados comportamentos. Desse modo, temos um governo mais eficiente e um poder que funciona de modo ainda mais insidioso,

ubíquo e cirúrgico.

Os editores esforçaram-se por reunir pesquisas em torno das novas tecnologias da informação e da comunicação e dos desafios que seu desenvolvimento opõe à democracia, ao direito, ao mundo do trabalho e ao pensamento filosófico enquanto atividade humanizadora. Foram bem-vindos os trabalhos que aprofundaram filosoficamente o tema, questionando como essas novas tecnologias mudam nossas vidas e trazem consigo novos problemas, que foram explorados em sua dimensão ética, política, epistemológica, social ou existencial.

Abrindo o dossiê, apresentamos a entrevista com Antoinette Rouvroy, pesquisadora do FNRS no Centro de Pesquisa em Informação, Direito e Sociedade (CRIDS), localizado na Universidade de Namur, Bélgica. Nesta entrevista, a pesquisadora afirma que certas tecnologias teriam por pretensão eliminar as incertezas sobre o futuro, interferindo e moldando comportamentos humanos. Apesar de tecer duras críticas à atual “sociedade da otimização”, na qual se destacam, ao mesmo tempo, o afã de otimização e a espantosa passividade digital, Rouvroy também declara ter esperanças em um futuro não tão distópico. Segundo ela, “a melhor forma de resistência é não se deixar fascinar pela Inteligência Artificial”. Por fim, revela que é preciso lidar com o fato de que os dados são excessivamente centralizados por grandes companhias

e fora de qualquer controle de natureza democrática. Portanto, segundo Rouvroy, é preciso repensar profundamente a situação dos dados, para que as ins-

tuições possam exercer algum papel, garantindo a transparência e a finalidade de sua utilização.

* * *

O dossiê traz ainda uma segunda tradução, de um texto publicado originalmente na França (*Rendre la révolte impossible*, Rue Descartes, 2013/1, n. 77, pp. 121-128) pelo professor de filosofia política e ética na Universidade Livre de Bruxelas, Thomas Berns, autor de livros como *Violence de la loi à la Renaissance* (Paris, Kimé, 2000), *Droit, souveraineté et gouvernementalité* (Paris, Léo Scheer, 2005), *Gouverner sans gouverner: une archéologie politique de la statistique* (Paris, PUF, 2009) e *La guerre des philosophes* (Paris, PUF, 2019). “Tornar a revolta impossível” é um artigo que reflete sobre um novo tipo de normatividade, que se afasta do modelo jurídico-discursivo e subverte um aspecto fundamental daquilo que entendemos tradicionalmente por norma: a possibilidade de desobediência. Berns procura discernir, nas normatividades contemporâneas, uma nova relação com a realidade, uma pretensão de governar a partir do real. Diferentemente da norma jurídica, que expressa um ato de vontade que procura governar o real, tais normatividades são concebidas como imanentes ao real, permitindo que as práticas de governo se tornem mais insidiosas, quase imperceptíveis, como vemos na “gover-

namentalidade algorítmica”.

O artigo de Carlos Henrique Barth examina um problema que atormenta aqueles que refletem mais detidamente sobre as benesses e os perigos da Inteligência Artificial. Ele investiga por que somos presas fáceis para uma multiplicidade de sistemas, e mais especificamente, se é seguro postular a neutralidade do juízo de máquinas, mesmo aquelas que desempenham atividades repetitivas. A partir de uma análise ampla da bibliografia abalizada, o autor verifica que certos modelos algorítmicos têm apresentado vieses, mais marcadamente no que diz respeito a gênero e raça, atribuindo, surpreendentemente, maior risco ou desfavorecendo mulheres e pessoas negras. Isso explicita o desafio de eliminar tais vieses, que vão muito além de meros problemas técnicos, como mostra o autor. O enfrentamento ou a mitigação dos vieses algorítmicos dependerá do estabelecimento de um conjunto de valores e do interesse público. Trata-se, uma vez mais, de revelar a inexistência de uma suposta neutralidade dos dados e, ao contrário, assumir que a sua boa gestão depende de um debate público, e que não é despropositado questionar um certo “privilegio epistêmico”, co-

mumente atribuído a certos modelos de IA.

Em “Zero-order privacy violations and automated decision-making about individuals”, Bernardo Alonso enfrenta o problema da crescente vigilância e violação da privacidade, argumentando, de maneira coerente e bem fundamentada, que o acesso automatizado de máquinas ao conteúdo de nossas interações online não deixa também de ser uma grave violação da privacidade. Tomando por base os desenvolvimentos na área da filosofia da informação realizados por Luciano Floridi e o trabalho sobre colonialismo de dados empreendido por Nick Coldry e Ulises Mejias, o autor defende um novo tipo de violação de ordem-zero, envolvida na coleta sistemática e massiva em conjunção com novas tecnologias de exploração de dados.

O capitalismo de vigilância e a tecnopolítica estão no centro da discussão empreendida por Edson Teles. Em “Ação política híbrida e a dissolução da cidadania”, o autor interroga sobre os regimes de produção de subjetividades, que qualifica como híbrido e se constitui nas bordas do político. A relevância do discurso na filosofia política contemporânea é posta em xeque, uma vez que as relações de poder se dão por mecanismos, técnicas e ações técnicas artificiais. Utilizando-se de um rico instrumental conceitual e teórico de Arendt, Rancière, Latour, Foucault, Deleuze, e Donna Haraway Teles con-

vida o leitor a desafiar a tradição moderna da filosofia política que propõe um agir com ênfase no discursivo. A tecnologia que envolve os big data permite a diluição do indivíduo e consequentemente a diminuição das formas discursivas da ação, destacando-se uma certa “modelagem” do sujeito, empreendido pela tecnologia governamental e pelas máquinas políticas.

No artigo “Algoritmos de mal-estar: ciberpandemia e privacidade hackeada”, Marcelo Gonçalves Rodrigues analisa o impacto da vigilância, dos monitoramentos e da automação sobre a subjetividade humana, interpretando a experiência da pandemia de COVID-19 como um momento no qual se acelera a Quarta Revolução Industrial. Ressalta-se, a partir de um olhar da tradição psicanalítica, a emergência de um mal-estar diante do esvaziamento das representações psicossociais, da precariedade psíquica e da diminuição dos espaços para a reflexão sobre a crise existencial.

Em “O governo das condutas e a constituição da subjetividade: um estudo da sociedade de controle de tipo algorítmica”, Sérgio Fernando Corrêa e Salomón Abastro Macías direcionam o olhar para a emergente sociedade de controle, nos termos propostos por Deleuze, como um desdobramento da sociedade disciplinar pensada por Foucault, por meio da mediação das tecnologias de vigilância e do uso de big data. O artigo tem o mérito de esclarecer, as-

sumindo uma postura crítica, como a governamentalidade algorítmica exerce um importante papel na constituição da subjetividade, na construção da realidade social e no controle populacional.

Jeferson da Silva e Marcius Tadeu Maciel Nahur, em “Governo algorítmico e conexões: novos aspectos da

subjetividade a partir de Michel Foucault”, analisam o governo dos algoritmos como um novo regime de produção de subjetividades. Os autores destacam como o cuidado de si e o conhecimento de si, nos termos foucaultianos, como um exercício da liberdade, constituem possibilidades de resistência e de transformação de si.

* * *

Uma face incontestável do mundo contemporâneo, as redes sociais e seu mecanismo de manipulação são o tema examinado por Cristian Arão. Ele empreende uma análise pormenorizada do acontecimento emblemático da Cambridge Analytica, que capturou e utilizou os big data de forma perversa e deliberada com a finalidade de influenciar eleições. Apesar do exemplo, o artigo discute a capacidade de tais sistemas de compreender e decifrar pessoas. Diferentemente do que normalmente se pensa, a atividade humana é imprescindível e desempenha aí um papel relevante. Abordando o pensamento de Freud, Fromm e Adorno, o texto analisa as noções de inconsciente, impotência e a psicologia das massas, conceitos cuja compreensão é essencial inclusive para que a tecnologia algorítmica possa de fato “alcançar” pessoas. A proposta do autor é que a manipulação midiática e tecnológica, muitas vezes carimbada como uma “grande novidade”, nada mais é do que uma atualização de certas técnicas utilizadas há muito

tempo.

Fechando a edição, o inebriante ensaio de Denilson Soares Cordeiro enfrenta uma questão que toca diretamente todo o universo educacional não apenas brasileiro, mas mundial: a tecnologia utilizada no ensino remoto. Por conta da pandemia de Covid 19, o ensino remoto, que já exercia uma força crescente no mercado, agora se torna algo dado e inescapável. O autor aborda a catástrofe do chamado “solucionismo tecnológico”, que a um só tempo oculta o extrativismo de dados de grandes empresas de tecnologia e permite que decisões políticas agravem ainda mais a situação da já combalida educação pública.

Apesar do tema ser tão rico, polêmico e cheio de nuances, o conjunto de textos aqui reunidos são bem sucedidos em abordar como, com o governo dos algoritmos, corremos o risco de ver o campo da política esvaziado em grande medida. Tudo indica que rumamos em ritmo acelerado a uma espécie de tecnocracia digital, que fun-

ciona cada vez mais por meio de sistemas computacionais autônômicos em termos apenas de eficiência, inovação e segurança. Reaviva-se mais uma vez o sonho de resolver o problema da política por meio da ciência e da tecnologia, substituindo a deliberação pelo cálculo. No lugar do árduo e lento trabalho de construção democrática de uma vida em comum, avoluma-se o desejo pelas soluções rápidas e eficientes das novas máquinas inteligentes. Diante desse

quadro, a ação humana corre o risco de ser colonizada por processos racionalizados e autômatos. Os editores esperam que a leitura desse dossiê, que analisa o problema sob uma perspectiva eminentemente filosófica, possa contribuir para delinear novos modos de pensar esse problema, e sobretudo, recuperar a importância do político e igualmente a capacidade das gerações futuras de agir e tomarem decisões de uma maneira minimamente livre e refletida.

Maria Cecília Pedreira de Almeida (UnB) e Marco Antônio Sousa Alves (UFMG)
(Organizadores do *Dossiê*)

* * *

Além dos trabalhos que compõem o *Dossiê*, o presente número também conta com outras contribuições recebidas em fluxo contínuo.

(1) Wilson Alves de Paiva, professor da Universidade Federal de Goiás (UFG), no artigo “Rousseau e as Artes: Uma Leitura do Pigmaleão”, apresenta a tradução, acompanhada de uma discussão, da peça *Pygmalion* de Rousseau. A discussão busca destacar que o filósofo genebrino, apesar de condenar as artes como um dos elementos causadores da corrupção humana, escreveu diversas obras artísticas, entre elas óperas e peças de teatro, pois via a utilização das artes como remédio para os males

que elas causaram no coração humano.

(2) Em “Nietzsche: Da Técnica da Memória à Técnica do Esquecimento?”, Adilson Feiler, professor da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), discute a relevância dos escritos nietzschianos para uma reflexão sobre a técnica e sua aplicação à memória. Neste sentido, visa mostrar que vigora uma aporia no projeto nietzschiano de transvaloração dos valores, já que, a despeito de questionar todos os mecanismos técnicos, como aqueles relativos aos estabelecimentos de ensino, o filósofo afirma a técnica através dos mecanismos do esquecimento.

(3) Rafael Siqueira Monteiro, profes-

sor da Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC/PA), em seu artigo “Cristianismo e a Renúncia de si no Último Foucault”, propõe refletir sobre como o cristianismo produziu uma subjetividade por meio da qual o sujeito renunciou a si mesmo. Defende, nesse sentido, a hipótese de que esse modo de subjetivação cristã somente foi possível graças a duas características presentes na relação sujeito e verdade no cristianismo primitivo: a obrigatoriedade de confessar uma verdade de si e a imperfeição que caracteriza a natureza humana na antropologia cristã.

Por fim, temos ainda uma tradução e uma resenha. A tradução inédita do texto “O Sangue Corre na Tunísia” de Simone Weil foi realizada pelo Grupo de Tradução do departamento de filo-

sófia da Universidade de Brasília, composto por alunos da graduação e pós-graduação em filosofia, e coordenado pelo professor Philippe Lacour. Logo em seguida, Graziano Mazzocchi e Rodolpho Venturini, ambos doutorandos em filosofia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), nos apresentam o livro “How We Became Our Data: A Genealogy of the Informational Person” de Colin Koopman.

Gostaríamos de aproveitar o ensejo para agradecer a todos os autores, por terem honrado a nossa *Revista* com as suas produções, bem como aos membros do corpo editorial, avaliadores, editores e leitores de provas, pela fundamental colaboração na confecção da presente edição.

Os Editores

